

Comércio de emissões: a injustiça institucionalizada

Kevin Smith (Transnational Institute - instituição internacional que aborda problemas globais), 17 Março 2008

O sistema de comércio de emissões e compensações desvia a atenção das alterações sistemáticas e das acções políticas colectivas que se devem empreender na transição para uma economia mais limpa. Promover uma política mais eficaz para as alterações climáticas implica abandonar o dogma míope e reducionista do livre mercado, dos falsos ganhos económicos e dos interesses a curto prazo das grandes empresas.

A lógica em que se baseia todo o sistema de mercado de emissões e de compensações diz-nos que uma tonelada de dióxido de carbono aqui vale exactamente o mesmo que uma tonelada de dióxido de carbono ali. Ou seja, se é mais barato reduzir as emissões na Índia que no Reino Unido, podem-se obter as mesmas melhorias climáticas mas de forma mais rentável reduzindo as emissões na Índia.

A atractiva simplicidade desta lógica, no entanto, apenas se justifica se ignorarmos uma série de importantes questões – direitos territoriais, desigualdades Norte-Sul, lutas locais, poder das grandes empresas ou história colonial – e limitarmos tudo a uma simples questão de rentabilidade económica.

Os mecanismos de comércio de emissões e de compensações representam uma abordagem reducionista das alterações climáticas, uma abordagem que ignora variáveis muito complexas e prioriza a rentabilidade acima de tudo.

Assim, quando a organização holandesa FACE Foundation planta árvores no parque nacional de Kibale, no Uganda para compensar as emissões dos voos comerciais, está a ignorar o facto de que estas terras têm sido o cenário de violentos desalojamentos num passado não muito longínquo e que este continua a ser um território reivindicado pelas comunidades que lá viviam.

Quando as empresas compram créditos no regime de comércio de direitos de emissões da UE, apenas lhes interessam as poupanças de custos que resultam das supostas reduções que geraram os ditos créditos. Mas toda a compensação nos países do Sul que procure justificar as emissões no Norte evita por completo o problema da enorme diferença nos níveis de emissões de dióxido de carbono per capita e dá por certo que a reduções de emissões no Sul se pode tratar como qualquer outra mercadoria colonial.

Lógica mercantil

Mesmo seguindo a lógica estritamente mercantil, obcecada com a rentabilidade, o mecanismo de mercado de emissões e compensações desafia todo o senso comum. O objectivo do sistema é o de oferecer às empresas do Norte diferentes saídas para encontrar a custosa transição até às tecnologias de baixas emissões.

Trata-se de algo, com efeito, rentável no curto prazo, já que é mais fácil e mais barato comprar créditos de direitos de emissão que assumir a complexa tarefa de realizar a dita transição, embora sejam cada vez mais os estudos que indicam que, quanto mais se adiam as alterações, mais caro e complicado será realizá-las chegado o momento, porque a sociedade depende cada vez mais de

combustíveis fósseis e porque envolve um maior custo adaptar-se aos impactos exacerbados das alterações climáticas.

Sistema de compensações para evitar responsabilidades

Abunda já a documentação sobre como os países podem utilizar o sistema de compensações para evitar as responsabilidades assumidas no que diz respeito aos objectivos de Quioto e sobre como empresas insustentáveis por natureza – como Land Rover, British Petroleum e British Airways– podem utilizar este mecanismo para ganhar uma legitimidade ecológica que não merecem. Uma das consequências mais inquietantes está no facto de o sector empresarial utilizar a criatividade com o sistema de compensações para seguir a sua agenda.

A corrosiva influência da lógica ilógica das compensações nem sequer se limita já ao âmbito das alterações climáticas e das emissões de dióxido de carbono. A Coca Cola tem sido alvo de grandes campanhas organizadas por grupos que lutam pela justiça social em todo o mundo mas as suas práticas da Índia despertaram uma especial atenção.

Em 2003, o Centre for Science and the Environment, um instituto de investigação em Deli, publicou um relatório baseado em experiências de laboratório que demonstrava elevados níveis de pesticidas e insecticidas ente onze e setenta vezes superiores aos máximos fixados pela UE para a água potável em toda uma série de refrescos comercializados pela Coca Cola na Índia.

O India Resource Centre, instituição com sede nos Estados Unidos, fez já várias acusações à empresa, afirmando que é responsável pela importante falta de água de muitas comunidades e que as suas fábricas engarrafadoras contaminam os terrenos e as águas circundantes. Em Março de 2004, as autoridades de Kerala, um estado no sul da Índia, fecharam uma das fábricas engarrafadoras da Coca Cola, acusada por comunidades e activistas da zona de ter esgotado e contaminado os seus recursos hídricos.

Verdadeira reciclagem?

Em Agosto de 2007, enquanto bebia de uma lata de Coca Cola Light em frente ao característico panda do logotipo do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o presidente de Coca Cola, Neville Isdell, anunciava que a empresa destinaria 20 milhões de dólares a um programa de colaboração com a WWF para “recuperar cada gota de agua que utilizamos nos nossos refrescos e na sua produção”. Além de reduzir e reciclar a agua utilizada, o programa pretendia reabastecer recursos hídricos.

Este reabastecimento não se produziria nos locais em que se estava a utilizar e esgotar a água, antes se realizaria através de diversos projectos executados noutras partes do mundo. Estamos a falar, na realidade, de um sistema de compensações com a água.

Estes 20 milhões de dólares (que representam menos de 1% do enorme orçamento para a publicidade da Coca Cola, uns 2.400 milhões de dólares anuais) estão a ser utilizados para anular toda a publicidade negativa que a Coca Cola recebe pelas suas práticas na Índia, que esgotam e contaminam as águas. A empresa manteve uma enérgica campanha para negar toda a responsabilidade sobre as catastróficas consequências que sofreram estas comunidades, de tal forma que, utilizando este sistema de compensações hídricas, pode pretender ser a empresa boa do filme em outras zonas do mundo sem que sequer tenha de reconhecer todos os danos que provocou em

outras.

Tal como sucede com o comércio de emissões, um sistema deste tipo daria origem a toda uma série de obscuros trâmites contabilísticos e operações para dar a impressão de que a indústria se está a mobilizar no terreno ecológicos, ocultando o facto de que, na realidade, se está a fazer muito pouco para resolver as questões fundamentais da degradação do meio ambiente e da injustiça social.

São muitos os programas que foram propostos ou estão em desenvolvimento para mercantilizar e comercializar problemas ambientais, como o comércio de resíduos, de espécies em vias de extinção e de zonas húmidas. A ironia é que é precisamente a contínua expansão das economias de mercado que criou esta tremenda pressão sobre os recursos naturais e que ameaça todo o tipo de ecossistemas com os seus crescentes níveis de contaminação industrial.

Agora, estas mesmas forças mercantis estão a apresentar-se como a panaceia para os nossos muitos males ecológicos. Esta agenda de mercantilização pouco tem que ver com os interesses públicos, trata-se antes de permitir às indústrias que aumentem o seu capital com as transacções nestes novos mercados. O que se defende como uma solução mais barata para que a indústria cumpra com as normas ambientais transforma uma questão social e política numa questão mercantil, institucionalizando, de facto, um sistema injusto e antidemocrático.

Se devemos lutar adequadamente contra as alterações climáticas, devemos desenvolver e aplicar uma análise sistemática que vá além da obsessão com os custos ou com o dióxido de carbono e fomentar sinergias com outras lutas fundamentais no que toca ao comércio, finanças, direitos humanos, biodiversidade, justiça ambiental e democracia.